



BARREIRAS ATITUDINAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA PARA ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Educação Matemática Inclusiva – GT 13

Jean NUNES Coelho
Universidade de Pernambuco | Campus Petrolina
jean896745@gmail.com

RESUMO

O contínuo movimento das políticas públicas relativa à educandos com necessidades educacionais especiais tem levado a um acréscimo significativo da presença desses aprendizes em escolas regulares. Nesse trabalho, abordo alguns dos desafios associados a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais e o ensino/aprendizagem de conceitos matemáticos no contexto atual, por meio de uma entrevista realizada com três estudantes de diferentes grau de escolaridade. Apresento as vozes dos entrevistados e pesquisas, onde mostra que a família, os professores e a comunidade tem papel fundamental na inclusão de estudante com necessidades educacionais especiais.

Palavras- chaves: Escolas regulares, inclusão, Desafios.

1. Introdução

As barreiras arquitetônicas com o passar dos dias estão sendo eliminadas por conta de uma lei federal que exige acessibilidade em locais públicos e privados, já as barreiras atitudinais dependem de informação e de um novo olhar da sociedade com as diferenças.

Este trabalho tem como objetivo identificar barreiras atitudinais no processo de ensino/aprendizagem e analisar o que acontece nas escolas, com base em uma entrevista feita com alunos com necessidades especiais de escolas pública e privadas e de diferentes graus de escolaridade.

Valorizar as características de cada estudante, atender a todos na escola, incorporar a diversidade sem nenhum tipo de distinção; nunca o tema da inclusão de estudantes com

necessidades especiais esteve tão presente no dia-a-dia da educação, motivando a todos para estudos e pesquisas.

A partir da década de 90, as escolas de ensino regular tem gradativamente inserido, no seu sistema de ensino, pessoas com diferentes deficiências, entre elas, visuais, auditivas, cadeirantes e mentais. Esta inserção exige dos professores, da comunidade e dos poderes públicos, condições adequadas para atender as especificidades, limitações e potencialidades dos estudantes.

2. A Educação Inclusiva

Até o início do século 21, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de serviços: a escola regular e a escola especial - ou o aluno frequentava uma, ou a outra. Na última década, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os estudantes, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem.

A legislação mais recente sobre o assunto é a convenção da Guatemala. O documento, promulgado no Brasil por decreto de 2001, reafirma que as pessoas com necessidades especiais têm os mesmos direitos e liberdades que as demais. A atual Política Nacional de Educação especial define o aluno com necessidades educacionais especiais aquele que “por apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua própria idade, requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas” (Brasil,1998, p.24).

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. A opção por este tipo de educação não significa negar as dificuldades dos estudantes, mas pelo contrário, na inclusão de estudantes com necessidades especiais, as diferenças não são vista como problemas, mas como diversidade; é essa variedade que pode ampliar a visam de mundo e desenvolver a oportunidades de convivência a todos os estudantes e a futura sociedade.

Existe diversos componentes e dimensões da escolarização que impedem o acesso de alguns estudantes ao ensino e a convivência, como também, ocorrem impedimentos na ação dos professores.

O reconhecimento da diversidade humana e as diferenças individuais vem aumentando cada vez mais por parte das escolas. Não basta que a escola receba a matrícula de estudantes com necessidades educacionais especiais, é preciso que ofereça condições para a operacionalização do projeto pedagógico inclusivo; com a reestruturação física eliminando barreiras e introduzindo recursos.

A inclusão deve garantir a todas as crianças e jovens o acesso à aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escolarização oferece, como a formação dos professores para inclusão, prepará-los para uma nova prática para atender as necessidades do ensino.

3. O ensino de matemática para estudante com deficiência

Trabalhar matemática com estudantes com necessidades especial não parece ser uma tarefa muito fácil. Isso porque eles precisam estar em contato direto com que estar sendo ensinado. Não que os outros estudantes também não tenham essa necessidade, mas os estudantes com necessidades especiais precisam de algo mais concreto para que o processo ensino/aprendizagem se concretize.

A disciplina de matemática tem sido historicamente desenvolvida segundo concepções predominantemente tradicionais. Para Varizo (1991) essas concepções tem sido prática hegemônica juntos aos professores de matemática. Concepções tradicionais que se apoiam em práticas educativas marcadas pela repetição e pela valorização da linguagem simbólica da disciplina.

O trabalho com a matemática em sala de aula representa um desafio para o professor na medida em que exige que ele o conduza de forma significativa e estimulante para o aluno; dessa forma, a remoção de barreiras para a aprendizagem é importante e pressupõe em

conhecer as características do aprendiz bem como o contexto no qual o processo ensino/aprendizagem ocorrem.

Remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos, engloba todos os alunos como seres em processo de crescimento e desenvolvimento e que vivenciam o ensino/aprendizagem segundo suas diferenças individuais.

A família e a comunidade tem papel fundamental na remoção de barreiras no processo de inclusão, conhecendo as necessidades de cada pessoa com necessidade educacional, dando mais espaço e oportunidade para os seus filhos, apostando na capacidade do estudante e da escola no processo de ensino/aprendizagem, para atender a diversidade e a favorecer sua participação no meio em que estar inserida.

Em muitos casos os estudantes com necessidades especial se encontram desmotivados, com medo, desacreditado com suas próprias capacidades e os pais não se sentem seguros em colocar seus filhos nas escolas regulares. O professor precisa buscar informações que irão subsidiar a pratica pedagógica e participar de formação continuas, para motivar, e mostra o sentido e significado do que é transmitido na escola.

4. Método

Nesse trabalho, contamos com a participação de três estudantes com necessidades educacionais especial, para responder a entrevista, são estudantes de diferentes faixa etária de ensino, de escolas particulares e pública de cidades diferentes.

O primeiro entrevistado foi Antônio de onze anos, de Olinda, estudante do quarto ano de uma escola particular, portador de deficiência auditiva. A mãe de Antônio participou da entrevista como interprete da língua de sinais e com sua opinião.

A segunda entrevistada foi Ana de dez anos, estudante do quinto ano de uma escola pública, da Cidade de São Lourenço, a estudante tem como necessidade especial o Nanismo Diatrófico, ela é cadeirante e possui várias atrofias em sua formação.

O terceiro entrevistado foi Ariel de trinta e três anos, estudante de Direito da cidade de Recife, o estudante apresenta deficiência visual desde de nascença, trabalha em um escritório de advocacia, casado, pai de quatro filhas, todas sem nenhuma deficiência visual.

Para preservar a identidade dos participantes, todos os nomes apresentados no trabalho são fictícios.

5. Resultados

Os alunos entrevistados fazem planos e tem sonhos, se mostram otimistas com a inclusão de estudantes no ensino regular, de modo geral se sentem acolhidos pelos colegas, estão satisfeitos por fazer parte da comunidade escolar, mesmo com as barreiras encontradas nas escolas, nas comunidades e no processo ensino/aprendizagem.

Os meus colegas de grupo trata-me bem, assim como professores e funcionários, estão sempre auxiliando dentro de suas possibilidades e necessidades que venham surgir de minha parte (aluno 3).

Ao serem questionados sobre as barreiras atitudinais, se ocorrem no cotidiano e se existem barreiras atitudinais na sala de aula? As respostas são muito parecidas, todos os estudantes afirmarão que sim, existem barreiras nas escolas e no cotidiano deles. A mais comum é a falta de acessibilidade dos estudantes com necessidades especiais, ruas esburacadas, péssima sinalização; na sala de aula a barreira mais citada, foram as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores.

Ainda predomina o preconceito nas escolas, mesmo que particular ou rede pública. Por parte dos professores, não tenho o que dizer, só acho que os professores deveriam estarem mais preparados para as deficiências de seus alunos, pois deveriam saber como lida com surdos e outras deficiências (aluno 1).

Inúmeras são as barreiras que encontro, pois sou cego, imagine você dentro do Recife com ruas esburacadas, péssima sinalização, todos te vendo como coitadinho, para mim as barreiras que mais enfrento são as faltas de acessibilidade para uma pessoa com deficiência (aluno 3).

Um ponto positivo a se destacar é a vontade dos estudantes de permanecer nas escolas. Ao serem questionados se encontram mais dificuldades ou facilidades para permanência no ambiente escolar, todos afirmaram que encontram mais facilidade e querem permanecer nas escolas, uns por segurança e outros pelo tratamento.

Encontro mais facilidade do que dificuldades. O tratamento por parte de todos é muito bom (aluna 2).

Com certeza mais facilidade, porque faz tempo que ele estuda na escola. Querendo ou não tenho mais segurança, para meu filho estudar nesta instituição (mãe do aluno 1).

Entretanto outros pontos importantes foram destacados, como por exemplo, a locomoção dos estudantes nas escolas, onde ainda são poucas as acessibilidades.

Existe muitos degraus na escola (aluna 2).

As respostas dos estudantes indicam que tanto as barreiras arquitetônicas quanto as atitudinais estão presente na vida de cada um deles e que a falta de recursos e o tipo de abordagem dos conteúdos atrapalham no processo de ensino/aprendizagem.

6. Conclusão

O respeito aos direitos e liberdades humanas é o primeiro passo para a construção da cidadania e deve ser incentivado. Para obtermos o sucesso no processo de inclusão escolar dependemos de vários fatores, entre eles o envolvimento da comunidade, a formação profissional e adaptações curriculares.

Difícilmente, encontraremos professores que se dizem preparados para receber em classe um estudante com necessidades educacionais especiais, eles reconhecem e declaram que não receberam formação. Não bastam os prometidos apoios institucionais, sem a participação efetiva do aluno e principalmente, sem o professor estarem capacitados.

Percebe-se, também, que mesmo com surgimento de materiais para as aulas com estudantes com necessidades especiais como o Multiplano de Rubens Ferronato, o Sorobã de



Aranha, entre outros que podem ser utilizados não só com estudantes com necessidades educacionais, existe a carência de recursos materiais nas escolas que possam favorecer o acesso dos aprendizes com necessidades educacionais especiais aos conteúdos escolares, mais especificamente aos conteúdos matemáticos. É preciso, que os órgão competentes criem políticas de acesso a esses materiais.

A convivência, se possível desde a infância com adaptações curriculares priorizando a necessidades dos estudantes sem colocar em primeiro plano as possíveis limitações, é uma maneira de derrubar o preconceito e construir uma sociedade mais inclusiva.

7. Referências

Brasil (1998): Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP.

VARIZO, Zaira da Cunha Melo. O Conhecimento Matemático e a Educação Matemática. Inter Ação: Revista da Faculdade de Educação da UFG, Goiânia, v.14/15, n. 1-2, p.7-18, jan/dez. 1990/1991.